

Editorial

Enxugando gelo

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

Eis que chegamos ao final de mais um ano ambientalmente desastroso, em vários sentidos. Enquanto, no Brasil, o primeiro semestre de 2024 foi marcado pelas inundações no Rio Grande do Sul, este segundo semestre que vai terminando foi, novamente, marcado pelos incêndios, com destaque da mídia para o estado de São Paulo. Além desses desastres ambientais, seguimos vivendo o “mais do mesmo”, o “quanto pior, melhor”, e vamos “enxugando gelo”.

O “mais do mesmo” também ocorre no plano geopolítico global, haja vista mais uma COP (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) fracassada. Após sua 29ª edição, a COP continua sendo um fórum onde predomina o blá-blá-blá. E, muito provavelmente, isto também acontecerá daqui a um ano, aqui no Brasil, na COP 30, que será realizada em Belém do Pará. A festa deverá ser grande, pois se trata de uma COP na Amazônia. Os discursos serão efusivos, sobretudo do presidente da República e do governador do Pará. A bioeconomia e os créditos de carbono estarão no centro do debate. E, muito provavelmente, as reivindicações dos países “pobres” e “em desenvolvimento” continuarão a ser ignoradas pelos ricos (governos nacionais e suas elites). Talvez os resultados sejam menos ruins do que os da COP 29, pois, considerando que, em Baku, foram propostos, pelos países pobres e em desenvolvimento, investimentos de US\$ 1,3 trilhão dos países “desenvolvidos” para o financiamento de pro-

jetos para combater os impactos das mudanças climáticas, e que o relatório final previu parcos US\$ 300 bilhões, ou seja, sem garantias de que este valor será disponibilizado, pouca coisa já será melhor do que isso. A retórica populista de Lula, clamando por desenvolvimento sustentável e pela redução da pobreza deverá ter destaque na mídia mundial. Mas, efetivamente, em termos de negociações e acordos, os resultados não devem ser animadores, pois nunca foram, em nenhuma COP.

No Brasil, as decisões políticas, sobretudo no Poder Legislativo nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) também continuam a justificar a tese do “mais do mesmo”. Como era de se esperar, nenhuma mudança conjuntural, muito menos estrutural, tem se apresentado na prática. A oposição tem “nadado de braçadas”, sobretudo no tocante à pauta ambiental. E o agronegócio continua fazendo seus estragos. É aí que podemos começar a tratar do “quanto pior, melhor”.

A utilização de agrotóxicos continua intensa nas lavouras do país. Porém, o crescimento das pulverizações criminosas, ou seja, propositalmente realizadas para afetar diretamente comunidades rurais, piora ainda mais a situação. A aplicação de agrotóxicos como “arma química” não é novidade. Contudo, segundo dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de 19 casos registrados no primeiro semestre de 2023, houve um salto para 182 no mesmo período de 2024 (alta de 857%), sendo que 156 aconteceram no Maranhão¹.

A continuidade de conflitos no campo e da violência de fazendeiros, grileiros e do próprio Estado contra camponeses e povos tradicionais, unido ao aumento alarmante no número de incêndios também estão associados ao agronegócio. Foram 1.056 ocorrências de conflitos no campo entre janeiro e junho de 2024, perdendo apenas para o primeiro semestre de 2023, desde 2015. Apesar de mais um período de forte estiagem – que tem comprometido a vazão de diversos rios – o famoso e lamentável “dia do fogo”, ocorrido em agosto de 2019, voltou a ser mencionado como uma das possíveis causas de incêndios

¹ Ver <<https://blogdopedlowski.com/2024/12/02/guerra-quimica-agrotoxicos-viram-arma-de-guerra-nas-areas-de-expansao-do-agronegocio-mostra-relatorio-da-cpt/>>.

em 2024. Segundo o Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), de janeiro a novembro de 2024, o número de incêndios aumentou 43,7% na Amazônia, 64,2% no Cerrado e 139% no Pantanal, em comparação ao mesmo período de 2023. Foram registrados 134.979 focos de incêndios na Amazônia; 79.599 no Cerrado; e 14.483 no Pantanal. No estado de São Paulo, somente em agosto e setembro, foram registrados 6.134 focos de incêndio. Este foi o maior número desde 1998, início da série histórica do INPE para o estado. As consequências destes incêndios estão ligadas a perdas de biodiversidade (vegetal e animal), perdas agropecuárias, desmatamento, emissão de gases estufa, além de diversos problemas de saúde, sobretudo respiratórios.

Além disso, outras “pautas-bomba” que podem piorar ainda mais a situação continuam tramitando no Congresso Nacional e no Senado Federal. Além do Projeto de Lei nº 37.290/2004, que flexibiliza o processo de licenciamento ambiental no Brasil, e que se encontra parado no Senado, o Projeto de Lei nº 4.357/2023, de autoria da bancada do agronegócio, altera a Lei nº 8.629/1993, que regulamenta o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Neste PL, um estabelecimento agropecuário de qualquer tamanho, quando considerado produtivo, não poderá ser desapropriado para reforma agrária. Assim, caso seja aprovado, outros critérios que definem a função social da propriedade, previstos no Artigo nº 186 da Constituição, como a obrigação de se praticar o uso racional e adequado, preservar o ambiente, e respeitar os direitos trabalhistas ou o bem-estar dos trabalhadores, passarão a ser desconsiderados no processo de desapropriação de terras para a reforma agrária, dificultando, mais ainda, esta luta popular histórica e fundamental, nos planos social e ambiental.

Por fim, a sensação de que estamos “enxugando gelo” é cada vez mais perceptível. Apesar de muitos falarem sobre a necessidade de “salvar a Terra”, em primeiro lugar, é preciso relativizar se existe esta possibilidade. No livro *Gaia: cura para um planeta doente*, publicado no Brasil em 2007, James Lovelock afirma que não há tempo para encontrarmos algum tipo de cura para as doenças do planeta Terra. Segundo ele, o que podemos fazer é diagnosticar essas doenças e tratar dos seus sintomas, através de uma

“medicina planetária” empírica, que, por sua vez, seria pautada na ciência da “geofisiologia”. A geofisiologia deveria estudar as propriedades da Terra, “um sistema construído por todos os seres vivos e o seu ambiente na superfície terrestre, os oceanos, a atmosfera e as rochas da crosta” (Lovelock, 2007, p. 12), incluindo a “regulação do clima e da temperatura” (p. 27).

No entanto, como implementar efetivamente esta geofisiologia no plano científico? Até que ponto o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), que se constitui no maior grupo de pesquisadores estudando as mudanças climáticas, estão próximos da grandiosidade de se avançar nesta geofisiologia? Por outro lado, como aplicar esta medicina planetária? E, mesmo se seguirmos em outro caminho diferente do proposto por Lovelock, como materializar alguma ação mais consistente, sem mudanças estruturais, que são altamente necessárias e urgentes?

Murray Bookchin, que, por sinal, tem um de seus ensaios traduzidos para este número de **AMBIENTES**, foi percebendo, ao longo dos anos 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000 (até o seu falecimento em 2006), que nos encontrávamos cada vez mais distantes de uma “sociedade ecológica”, conforme clamava em sua abordagem da “Ecologia Social”. Apesar da urgência de mudanças estruturais, o tempo foi passando, e temos vivenciado a inércia da humanidade em perceber a importância de se conhecer e de se agir sob uma perspectiva de coevolução dos seres humanos com as demais espécies e com os fatores abióticos do ambiente. Infelizmente, outros valores têm predominado, de modo que a exploração e degradação dos elementos da natureza permanecem intensos, sob uma lógica utilitarista e produtivista que pauta nossa relação com a natureza

Considerando que estamos vivendo “a era dos desastres ambientais” (Souza, 2024), de modo que esses desastres serão, cada vez mais, recorrentes, atacar as consequências destes desastres é fundamental, mas não deixa de ser um processo de enxugar gelo. Cuidar das pessoas afetadas, reduzir o número de mortes e de traumas, ampliar a capacidade de resposta (em termos de agilidade e de eficácia), são ações cruciais. Mas, para além disso, como atacar as causas dos grandes problemas que temos? Avançar para

se reduzir os impactos/sintomas do desmatamento, da emissão de gases estufa e de toda a secular rapina ambiental, que, necessariamente, envolve questões políticas (relações de poder), econômicas, sociais e culturais, é algo eminentemente estrutural. E, nesse sentido, a inércia política e social que vivenciamos, potencializa a sensação de que estamos, enquanto humanidade, enxugando gelo.

Os problemas e desafios são variados e evidentes. Porém, as soluções são incertas e praticamente inexistentes. Parece que continuaremos enxugando gelo e se conformando com esse mundo caótico e com poucas perspectivas de avanço qualitativo. Mas espero estar equivocado.

• • • • •

No presente número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, estão publicados oito **Artigos** (como de praxe), um depoimento para a seção **Direto da luta**, uma **Resenha** e um texto que inaugura uma nova seção da revista, intitulada **Revisitando Nossos Clássicos**. Os artigos versam sobre temas e situações distintas, desde contribuições de caráter eminentemente teórico, a textos que estabelecem a tradicional relação entre teoria e empiria.

O artigo “*A Geografia e as preocupações ambientais: Uma história de esforços paralelos, oportunidades desperdiçadas e disputas de narrativas*”, de **Marcelo Lopes de Souza**, apesar de focar posições epistemológicas de correntes sobretudo da Geografia Física ou das ciências da natureza (com exceção da Geografia Ambiental e da Ecologia Política, “híbridas” por excelência), parte de uma crítica à tentativa, por parte da Geografia Humana, de estabelecer uma “purificação epistemológica” da Geografia, desconsiderando a relevância dos processos geobiofísicos para a própria dinâmica social. Ao discutir pressupostos da *Earth Systems Science*, da *Land Change Science*, da Geografia Física Aplicada, da *Critical Physical Geography*, da Ecologia Política e da Geografia Ambiental, o autor vai estabelecendo as interfaces entre tais correntes e suas relações com a

Geografia Física e a Geografia Humana. Além disso, a maior preocupação do artigo é enfatizar a importância das sinergias dentro da Geografia, para potencializar o papel crítico que os geógrafos podem exercer na compreensão e enfrentamento dos problemas e desafios ambientais contemporâneos, contribuindo, sobretudo, para uma maior visibilidade da Geografia frente à opinião pública.

Outro artigo de cunho teórico é escrito por **Márcio Freitas Eduardo** e **Luciano Zanetti Pessoa CandiOTTO**. Dedicados a estudos no âmbito da agroecologia, os autores problematizam o debate sobre mercados, procurando desmistificar a ideia do mercado enquanto um sujeito. Com base na interação com camponeses e organizações que atuam com agroecologia, o artigo “*A construção socioterritorial de mercados: apontamentos teóricos sobre o potencial protagonismo camponês em mercados de produtos agroecológicos*” discute o mercado enquanto uma construção social (e territorial), e busca ressaltar a importância da organização e da atuação de camponeses para compreender e para serem protagonistas de negociações comerciais com terceiros e, sobretudo, com os consumidores de seus produtos.

Ricardo Ramos Machado Bitencourt nos traz um instigante artigo, integrando conhecimentos geoecológicos com o uso e ocupação humanos do espaço geográfico. Partindo de um resgate histórico sobre a ocupação das Vargens na cidade do Rio de Janeiro, seguido de uma caracterização geológica das várzeas/vargens e de uma análise de legislações urbanísticas, sobretudo do Plano Diretor do município, no que tange à ocupação desses ecossistemas que, majoritariamente, deveriam se constituir em Áreas de Preservação Permanentes (APP), o artigo “*Ecocídio no sertão carioca: Contradições entre o planejamento urbano institucional orientado para o mercado imobiliário e suas próprias diretrizes ambientais sobre as Vargens, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro*” destaca conflitos existentes entre a população que vive na Baixada de Jacarepaguá e o setor imobiliário, evidenciando como a própria legislação tem, historicamente, beneficiado os interesses privatistas daquele último.

A análise da ocupação, da percepção dos moradores e dos conflitos existentes em uma Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável permeia o conteúdo do artigo de **Marlene Yara Tenório Soares, Rodrigo Guimarães de Carvalho e Francisco Davy Braz Rabelo**, intitulado “Análise socioambiental da “restinga” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, Rio Grande do Norte”. Com foco no ecossistema de restinga, que também se constitui em uma APP, os autores buscaram identificar a percepção dos moradores sobre a importância deste ambiente para suas atividades cotidianas e sua sobrevivência, bem como os conflitos decorrentes das pressões existentes por parte de empresas dos setores de energia eólica e turismo.

Ainda no contexto dos debates sobre Unidades de Conservação (U.C.), o artigo, em forma de ensaio, escrito por **Anselmo Gonçalves da Silva**, aborda a trajetória de criação, as mudanças legais e institucionais ocorridas, a distorção dos fundamentos, e as ferramentas e desafios de gestão das Reservas Extrativistas (RESEX), outra categoria de U.C. de Uso Sustentável. O texto do artigo “Reservas extrativistas pós-SNUC: Uma revisão de problemáticas decorrentes” foi elaborado a partir de revisão de literatura e, por não tratar de uma RESEX específica, apresenta um olhar mais geral sobre este tipo de U.C., criado no Brasil a partir da luta dos seringueiros da Amazônia, entre eles, Chico Mendes. Ao constatar que as decisões sobre a gestão das RESEX se tornaram algo burocrático e tecnocrático, reduzindo a autonomia dos sujeitos que vivem nestas áreas, o autor apresenta sugestões para uma gestão mais adequada às necessidades e percepções dos habitantes destas áreas.

Com base na argumentação sobre a existência de um paradigma onto-epistêmico do campo, marcado por racionalidades camponesas e indígenas, o artigo “Autonomia territorial e soberania popular: Diferenças históricas, convergências políticas e diálogos na construção de alternativas e defesas territoriais na América Latina” se baseia na análise de princípios e experiências de luta e resistência de dois movimentos socioterritoriais: 1) a Via Campesina Internacional, com forte protagonismo da Via Campesina Brasil e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais

brasileiros; 2) o Congresso Nacional Indígena-Conselho Indígena de Governo (CNI-CIG), com atuação no México. Escrito por **Maíra Araújo Cândida, Peter Rosset, Lia Pinheiro Barbosa, Omar Giraldo, León Enrique Ávila Romero e Tádzio Coelho**, o artigo busca discutir os conceitos de *autonomia territorial* e *soberania popular* como bandeiras de luta de movimentos socioterritoriais latino-americanos, considerando conceitos e abordagens correlatas.

A partir de um resgate de elementos da História Ambiental da Mata Atlântica, com ampla influência indígena, **Victoria Couto Alvim de Mattos e Guilherme Hissa Villas Boas** discutem a incorporação das tecnologias indígenas por descendentes de colonos suíços, do município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro (RJ), utilizadas no manejo ambiental, como ferramentas, técnicas e práticas de produção agrícola. O artigo “*Fora dos livros, mas presente na terra: As tecnologias indígenas na agricultura familiar*” é mais um exemplo de como os indígenas, geralmente invisibilizados ou marginalizados, têm sido fundamentais na construção sociocultural brasileira.

Enquanto muitos trabalhos acadêmicos têm centralizado o debate sobre vulnerabilidade ambiental nos aspectos geobiofísicos, o artigo “*Vulnerabilidade socioeconômica e o relevo em Rondonópolis/MT*” alia elementos como declividade, suscetibilidade a inundações e indicadores sociais, econômicos, e de infraestrutura urbana e residencial. Utilizando ferramentas de geoprocessamento, **Caio Augusto Marques dos Santos, Kelbiane Alves Rodrigues Santos, Francineide Pinheiro Lopes Rodrigues, Melina Fushimi, Delony de Queiroz Ribeiro, João Vítor Pavoni e Vinícius Augusto Marques dos Santos** buscam estabelecer correlações entre os indicadores analisados, concluindo que existe uma relação entre a produção capitalista do espaço e a produção de riscos e de vulnerabilidades.

Para estrear a seção **Revisitando nossos clássicos**, nada melhor do que um texto de **Murray Bookchin**, pensador que, através de sua Ecologia Social, conseguiu analisar, de forma integrada, importantes fundamentos do pensamento ecológico e perspectivas estruturais para uma sólida transformação social, rumo a uma sociedade ecológica. Por

meio de um contato com Debbie Bookchin, filha do autor, que autorizou a tradução e publicação do ensaio “*Ecologia e Pensamento Revolucionário*”, escrito em 1965, **Rafael Zilio** realizou a tarefa de tornar o ensaio de Bookchin mais acessível aos leitores brasileiros – coisa de que muito se orgulha toda a equipe de **AMBIENTES**, e pela qual agradecemos ao tradutor. O texto é considerado uma das obras magistrais de Bookchin, sendo uma contribuição ímpar para a Ecologia Política e para o pensamento ecológico como um todo, assim como para a própria Geografia.

Já a seção **Direto da luta**, que já se tornou tradicional em **AMBIENTES**, traz, desta vez, o depoimento de **Sérgio “Papagaio”**, ativista e morador do município de Barra Longa/MG, um dos municípios afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em 2015. Papagaio se considera um garimpeiro tradicional, e ele tem lutado pela reparação das perdas ocorridas em sua cidade, reivindicando direitos e justiça ambiental perante as empresas Samarco/Vale/BHP. O depoimento, colhido por **Ingrid Vitória de Souza Oliveira** e **Thiago Roniere Rebouças Tavares**, tem o título “*Sérgio ‘Papagaio’: Um garimpeiro tradicional contra o mar de lama*”.

Por fim, oferecemos uma **Resenha**. “*Antônio Bispo dos Santos: O plantio das palavras*”, resenha elaborada por Andrea Varella Teixeira, versa sobre o último livro do ativista e pensador conhecido como Nego Bispo, falecido em dezembro de 2023. O livro “*A terra dá, a terra quer*”, publicado em 2023, mesmo ano do falecimento de Nego Bispo, parte de uma perspectiva “contracolonialista” e combativa, sendo uma obra marcada pela razão e pela emoção de um pensador e poeta quilombola.

Referências

LOVELOCK, James. **Gaia**: Cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2007.

SOUZA, Marcelo L de. A era dos desastres ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 6, n. 1, 2024. DOI: 10.48075/amb.v6i1.33617. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/33617>. Acesso em: 5 dez. 2024.